

Ficha — Absolutismo joanino e parlamentarismo inglês

11.º Ano História A 3 páginas 8 exercícios

Objetivo: Analisar as **razões do sucesso do absolutismo joanino**, relacionando-as com a criação e o desenvolvimento de um **aparelho burocrático** a partir do século XVII, e compreender a **recusa do absolutismo em Inglaterra** à luz da obra de Locke.

Revisão rápida

Monarquia absoluta — regime em que o rei concentra os poderes legislativo, executivo e judicial e só a Deus responde (**direito divino**). Em Portugal, D. João V (1706-1750) governou **sem convocar Cortes**: a representação do reino deixa de ser via de decisão política.

Razões do sucesso joanino	Como funcionava
Receita excecional	ouro do Brasil, açúcar e tabaco: financiam o Estado sem negociar impostos com o reino
Aparelho burocrático	conselhos (Fazenda, Ultramar), Desembargo do Paço, secretarias de Estado (1736), corregedores e provedores no território — decidir e cobrar sem intermediários
Exército, diplomacia e Igreja	força militar paga; embaixadas e cerimonial; padroado e Patriarcado de Lisboa (1716) — o rei nomeia e controla a Igreja nacional
Prestígio e corte	Mafra (iniciada em 1717), Academia Real da História (1720), etiqueta e mecenato: a grandeza do rei é argumento político

A **recusa inglesa** — o caminho oposto, com raízes institucionais:

Momento	Significado
Parlamento e common law	o imposto depende do consentimento do Parlamento; o direito comum limita a prerrogativa régia
1628 · Petition of Right	o Parlamento exige o fim de impostos e prisões sem base legal
1642-1651 · guerra civil	derrota de Carlos I (executado em 1649) e república até 1660; restauração da monarquia em 1660
1688-1689 · Revolução Gloriosa	deposição de Jaime II e Bill of Rights (1689): o rei reina com o Parlamento, que aprova leis e impostos
1690 · Locke	<i>Dois Tratados sobre o Governo</i> : poder fundado no consentimento , direitos naturais (vida, liberdade, propriedade) e direito de resistência a quem governa contra eles

O **contraste** — dois fundamentos de legitimidade: **direito divino** (o rei responde a Deus; o povo obedece) vs **consentimento** (o poder nasce de um contrato; quem quebra o contrato pode ser resistido). **Estratégia**: receita → burocracia → Igreja → prestígio (Portugal) · Parlamento → imposto consentido → direito → Locke (Inglaterra).

Exercícios

1. Completar: o absolutismo joanino dispôs de uma receita excecional vinda do ____; governou sem convocar ____; criou ____ de Estado (1736) e reforçou os conselhos; e legitimou-se pelo direito ____.

2. Verdadeiro ou falso — corrige as falsas: a) o ouro do Brasil financiou o aparelho de Estado joanino · b) D. João V convocou Cortes com regularidade · c) as secretarias de Estado são uma inovação do século XVIII · d) em Inglaterra o imposto era aprovado pelo Parlamento · e) Locke defendia o direito divino dos reis.

3. Liga cada elemento à sua função: secretarias de Estado · padroado · corte · common law · Bill of Rights · direito de resistência.
(i) direito consuetudinário que limita a prerrogativa régia; (ii) administração central por áreas de governo; (iii) poder do rei sobre nomeações e rendas da Igreja; (iv) lei de 1689 que subordina o rei ao Parlamento; (v) espaço de etiqueta e mecenato que exibe a grandeza régia; (vi) possibilidade de contestar um governante que viole os direitos naturais.

4. Completa a tabela comparativa.

Questão	Portugal joanino	Inglaterra (1689)
Quem faz a lei?		
Quem aprova os impostos?		
Fundamento do poder		

5. Explica duas fragilidades de um Estado sustentado sobretudo na receita de um recurso colonial, comparando-o com a receita fiscal inglesa aprovada pelo Parlamento.

6. Em Locke, explica: (a) o que é o contrato entre governantes e governados; (b) porque o consentimento substitui o direito divino; (c) em que caso existe direito de resistência.

7. Um reino governado sem convocação de Cortes: que consequências tem para a representação do terceiro estado e para a negociação dos impostos?

8. Síntese escrita (3 a 4 linhas): distingue os dois modelos de legitimidade do poder — direito divino e consentimento — e indica a consequência política de cada um.

Soluções — Absolutismo joanino e parlamentarismo inglês

11.º Ano

História A

Resolução completa

1. Brasil (ouro, açúcar e tabaco) · Cortes · secretarias · divino. Acrescenta-se: conselhos e uma rede de corregedores e provedores — sem essa máquina administrativa a receita não se transforma em poder.

2. a) **V** — foi a base financeira do Estado joanino. b) **F** — não convocou Cortes: o poder de decisão ficou no rei e nos seus conselhos. c) **V** — as secretarias de Estado surgem em 1736, especializando a administração por áreas. d) **V** — o imposto dependia do consentimento parlamentar. e) **F** — Locke funda o poder no consentimento e nos direitos naturais, precisamente contra o direito divino.

3. secretarias de Estado → **(ii)** · padroado → **(iii)** · corte → **(v)** · common law → **(i)** · Bill of Rights → **(iv)** · direito de resistência → **(vi)**.

4. Lei: **o rei** (Portugal) vs **o Parlamento com o rei** (Inglaterra). Impostos: **o rei, com a receita colonial** vs **o Parlamento**. Fundamento: **direito divino** vs **consentimento** (contrato e direitos naturais).

5. Primeira fragilidade: **a dependência de um único recurso** — se o ouro escasseia (como aconteceu a partir de meados do século XVIII), a receita cai e o Estado não tem alternativa fiscal negociada. Segunda: **ausência de negociação** — sem Parlamento não há consenso alargado sobre o imposto, pelo que qualquer aumento aparece como arbítrio. A receita inglesa, aprovada pelo Parlamento, é mais lenta mas **mais previsível e mais legitimada**: assenta numa economia diversificada (comércio, manufaturas, colónias) e num crédito público que os credores confiam, por saber que o Parlamento controla o pagamento.

6. (a) O **contrato** é o acordo pelo qual os indivíduos entregam parte da sua liberdade para garantir vida, liberdade e propriedade; o governo é **mandatário** desse acordo, não proprietário do poder. (b) Porque a legitimidade vem do **consentimento dos governados**, e não de uma escolha divina: nenhum texto sagrado designa o soberano, pelo que a obediência depende do cumprimento do contrato. (c) Quando o governante **viola os direitos naturais** ou governa sem consentimento, quebra o contrato — e a resistência deixa de ser rebelião para se tornar um direito (é esta a justificação usada em 1688 e invocada depois pelas revoluções americana e francesa).

7. Sem Cortes, o terceiro estado perde o **canal institucional** de apresentação de queixas e de negociação de contrapartidas (agravamentos em troca de impostos). O imposto passa a ser decidido pela administração régia — mais rápido, mas sem consentimento — e a representação do reino reduz-se a pareceres locais e petições. Consequência a prazo: a contestação acumula-se **fora** das instituições, o que ajuda a explicar o papel das Cortes de 1821, já no liberalismo.

8. Modelo — «No **direito divino**, o rei recebe o poder de Deus e responde apenas perante ele; a obediência é um dever religioso e a contestação é sacrilégio — logo, não há instituição que limite o soberano. No **consentimento**, o poder nasce de um contrato entre governantes e governados e existe para garantir direitos naturais; se esses direitos são violados, o contrato está quebrado e a resistência é legítima. A consequência política é direta: o primeiro modelo concentra a decisão no rei, o segundo exige Parlamento, leis gerais e responsabilidade do governo.»

Nota: três blocos para a prova — **razões do sucesso joanino** (receita, burocracia, Igreja, prestígio) · **a recusa inglesa** (Parlamento, 1628, 1649, 1688-89) · **Locke** (contrato, consentimento, resistência). A frase que liga tudo: poder de Deus ou poder consentido.